



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PROJETO DE LEI 52/2024

Projeto de Lei 52/2022, que “Estima Receita e fixa as Despesas do Município de Bom Jardim de Minas para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências.”

Emenda 04 (Supressiva, Modificativa e Aditiva)

Fica reformulado o artigo 4º do Projeto de Lei em tela, passando então a contar com a seguinte redação:

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, após a aprovação de lei, autorizado a:

- I- Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada no presente orçamento para reforço das dotações que se fizerem insuficientes durante a execução orçamentária de 2025 nos termos previstos do art. 7º e art. 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320 de 64.
- II- Para fins do disposto no *caput* deste artigo, poderá ser inserida natureza de despesa em categoria de programação já existente.
- III- Os atos de abertura de crédito suplementar que tratam o *caput* deste artigo deverão ser encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo para conhecimento e acompanhamento no prazo de 10 dias a partir da data de sua expedição.

Sala de sessões, 04 de dezembro de 2024.

Mateus Carvalho Vitoriano
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

JUSTIFICATIVA

O vereador, como representante do Poder Legislativo municipal, possui o dever de fiscalizar as contas públicas, conforme estabelecem os artigos 31 e 70 da Constituição Federal, e promover a observância dos princípios da legalidade, economicidade e eficiência na administração pública. Essa função também é reforçada pelo artigo 29 da Constituição Federal, que atribui às Câmaras Municipais o controle externo das contas do Executivo.

A autorização para abertura de créditos adicionais deve ser realizada com base nos limites estabelecidos em lei, de modo a garantir transparência e equilíbrio financeiro. Nesse sentido, destaca-se o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, que regulamenta a abertura de créditos adicionais, permitindo sua execução apenas mediante critérios claros, como anulação de dotações, superávit financeiro ou excesso de arrecadação.

No exercício dessa função fiscalizadora, ressalta-se o parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que sugeriu a redução do percentual para 20% nas autorizações de abertura de crédito. Tal recomendação visa assegurar maior controle sobre as finanças públicas, permitindo que o Legislativo acompanhe de forma mais eficaz a execução orçamentária.

Além disso, é importante observar o histórico recente do município de Bom Jardim de Minas, onde em 2022, os limites de abertura de crédito abrangiam todos os tipos de créditos adicionais, incluindo os decorrentes de anulação de dotações, superávit financeiro e excesso de arrecadação. À partir de 2023 e 2024, constatou-se uma flexibilização dos percentuais, o que pode ter comprometido o controle do uso de recursos públicos.

Ao propor a redução para 20%, busca-se retomar um patamar de prudência, já utilizado em anos anteriores, alinhado às boas práticas de gestão fiscal e às recomendações do Tribunal de Contas. Tal medida preserva a autonomia do Legislativo, garante maior rigor na fiscalização e protege o equilíbrio das contas públicas municipais.

Por fim, a limitação proposta também é coerente com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, garantindo que o Executivo possa gerenciar os recursos de forma ágil, mas dentro de limites que resguardem a transparência e a fiscalização pelo Legislativo.

Mateus Carvalho Vitoriano
Vereador